

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP/MISTO			
PREGOEIRO: ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM			
RESUMO DOS DADOS DA LICITAÇÃO			
Abertura da Sala de Disputa: 07/08/2025, às 09h30min (horários de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/ Encerramento do prazo para cadastro das propostas concomitantemente com os documentos para habilitação no sistema 07/08/2025, às 09h30min (horários de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/ Início da Fase competitiva: dia 07/08/2025, a partir das 09h30min (horários de Brasília), no sítio https://licitanet.com.br/		Limite para solicitação de esclarecimentos: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública. Limite para pedidos de impugnações: até 03 (três) dias úteis antes da data estabelecida para a abertura da sessão pública. Art. 164 da Lei nº 14.133 de 2021.	
OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante. QUANTIDADE DE ITENS: 67			
VALOR TOTAL ESTIMADO: R\$ 4.643.457,53 (quatro milhões seiscentos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e tres centavos).			
Formação de registro de preços	Visita técnica	Minuta de contrato	
SIM	NÃO	SIM	
Tipo da licitação	Modo de disputa	Intervalo mínimo entre lances	
Menor preço por ITEM	ABERTO	R\$ 0,01	
Licitação Exclusiva para a ME/EPP?	Reserva de Cota para a ME/EPP?	Benefício para a ME/ EPP local ou Regional?	Exige amostra?
MISTO	SIM	SIM	NÃO
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos: 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.			
E-mail: cl@vilhena.ro.gov.br			

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP – MISTO

ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME EPP E EQUIPARADAS.

- OS ITENS: 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 28, 35, 38, 40, 42, 44, 48, 53, 55, 58, 60, 62, 64 e 66 - são de AMPLA PARTICIPAÇÃO;
- OS ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 29, 36, 39, 41, 43, 45, 49, 54, 56, 59, 61, 63, 65 e 67 - são COTAS DE ATÉ 25% DESTINADAS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS;
- OS ITENS: 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 46, 47, 50, 51, 52, 57- são de participação exclusiva para empresas ME, EPP e equiparadas.

O Município de Vilhena, através da Controladoria de Licitações e de seu Pregoeiro, designado por intermédio do Decreto Municipal nº 62.096/2024, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 057/2025/PMV** – do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM - MISTO**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Decreto Municipal 59.678/2023, Decreto Municipal 59.674/2023, Decreto Municipal 59.677/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência. Tendo como requisitante **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9797/2025/SEMAD/SRP.

OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante.

LER COM ATENÇÃO:

- No momento em que o licitante cadastrar a proposta no SISTEMA/LICITANET, DEVERÁ o mesmo identificar a MARCA/MODELO para todos os produtos ofertados, conforme objeto do pregão.



- Todas as Cotações de Preços, Orçamentos, Valores Prévios e Cálculos de Média são de inteira responsabilidade do setor que os efetuou (Central de compras da SEMAD) não cabendo assim qualquer responsabilidade ao Pregoeiro e sua equipe de apoio, com relação aos mesmos.

- O Tipo da Licitação (MENOR PREÇO POR ITEM) foi definido pela SEMAD, conforme se extrai do Termo de Referência, Autuado no Processo Administrativo Eletrônico nº 9797/2025/SEMAD.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com as eventuais aquisições dos produtos serão custeadas com o orçamento/programa já aprovado e disponível das secretarias/setores participantes do Registro de Preços.

VALOR ESTIMADO PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DURANTE 12 MESES R\$ 4.643.457,53 (quatro milhões seiscientos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e tres centavos).

ESCLARECIMENTO:

- Para os **lotes/itens exclusivos e / ou cota reservada:** A presente licitação (pregão eletrônico) é destinada exclusivamente, à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP/MEI), na forma do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, do artigo 6º do Decreto Federal nº 8.538/2015 e do artigo 61º do Decreto Municipal nº 59.678/2023, **que explorem ramo de atividade compatível com o objeto licitado**, e que atendam às condições exigidas neste edital e seus anexos.

- Para os itens **de ampla participação:** Poderão participar da presente licitação (pregão eletrônico) qualquer empresa individual ou sociedade empresarial, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no ramo de atividade de acordo com o objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste edital e seus anexos.

DA SESSÃO

CADASTRO DAS PROPOSTAS NO SISTEMA: A Partir do dia 25/07/2025.

ABERTURA DA SALA DE DISPUTA: Dia 07/08/2025 a partir das 09h30min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitanet.com.br

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, através do Pregoeiro (a) e equipe de apoio. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).



EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos que o integram, encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado. Maiores informações e esclarecimentos a respeito do certame, poderão ser prestados pelo Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, e o pedido deve ser direcionado a Controladoria de Licitações, da Prefeitura Municipal de Vilhena-RO, cito a Rua Rony de Castro Pereira, 4177 - Bairro Jardim América, (Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella) – Vilhena – Rondônia, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone/Fax: (0xx) 69-XX-XX – e-mail: cl@vilhena.ro.gov.br.

DA RETIRADA: O Instrumento Convocatório e seus anexos poderão ser retirados, até a hora marcada para a abertura da sessão no endereço eletrônico acima mencionado (licitanet.com.br).

Vilhena - RO, 22 de Julho de 2025.

ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM
PREGOEIRA
Dec. nº 62.096/2024



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP – MISTO

ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS E COTA RESERVADA DE 25% PARA ME EPP E EQUIPARADAS.

O Município de Vilhena, através da Controladoria de Licitações e de seu Pregoeiro, designado por intermédio do Decreto Municipal nº 62.096/2024, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se instaurada a licitação, na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o nº 057/2025/PMV – MISTO**, do tipo **MENOR PREÇO TOTAL POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Decreto Municipal 59.678/2023, Decreto Municipal 59.674/2023, Decreto Municipal 59.677/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência. Tendo como requisitante a **SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**.

- OS ITENS: 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 28, 35, 38, 40, 42, 44, 48, 53, 55, 58, 60, 62, 64 e 66 - são de AMPLA PARTICIPAÇÃO;
- OS ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 29, 36, 39, 41, 43, 45, 49, 54, 56, 59, 61, 63, 65 e 67 - são COTAS DE ATÉ 25% DESTINADAS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS;
- OS ITENS: 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 46, 47, 50, 51, 52, 57 - são de participação exclusiva para empresas ME, EPP e equiparadas.

1. O OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante.

1.2. A licitação será realizada **ITENS**, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3. No momento em que o licitante cadastrar a proposta no SISTEMA/LICITANET, DEVERÁ o mesmo identificar a MARCA/MODELO para todos os produtos ofertados, conforme objeto do pregão.

2. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA:

2.1. Conforme estabelecido nos itens 08, 10.1 e 07, do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

2.2. **PROVISORIAMENTE/DEFINITIVAMENTE:** Pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, de acordo com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021; (conforme o caso).



3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços (ANEXO V do Edital).

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras (www.licitanet.com.br).

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A presente licitação será de Ampla Participação com direito de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:

4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável



técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

4.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



4.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1. e 9.13.110.11.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.



- 5.6.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.1. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



5.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Menor preço total por ITEM.

6.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.6. O Município de Vilhena efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto no Decreto 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

6.7. Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 60.470/2023 e na Instrução Normativa RFB nº 1234/2012.

6.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.11. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.12. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA (CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA e CRITÉRIO DE DESEMPATE) *(o direito de preferência disposto neste item só será aplicado nos casos de lotes/itens exclusivos para participação de ME/EPP)*

7.1. Nos termos do §3º do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006, justifica-se a adoção de critério de prioridade para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) local no presente edital, com base nos objetivos previstos no caput do artigo 47 da mesma lei;

7.2. Tal medida visa à promoção do desenvolvimento econômico e social no **âmbito municipal**, favorecendo a consolidação de pequenos negócios e a dinamização da economia local. O estímulo às empresas locais proporciona a geração de emprego e renda na região, fortalecendo o tecido produtivo e contribuindo diretamente para o crescimento sustentável da comunidade;

7.3. A medida contribui para a ampliação da eficiência das políticas públicas, ao descentralizar os investimentos governamentais e permitir que os recursos atinjam de forma mais efetiva empreendimentos de menor porte, com maior potencial de impacto social e econômico local. A priorização, portanto, está alinhada aos princípios constitucionais da eficiência, economicidade e do interesse público;

7.4. Diante disso, estabelece neste certame o percentual de 10% (dez por cento) como margem para o exercício do direito de preferência pelas ME/EPP locais, conforme autoriza o §3º do artigo 48 da LC nº 123/2006. O patamar adotado é plenamente justificável em razão do potencial impacto positivo na economia local, sem comprometer a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.



8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 8.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor **total do ITEM**.
- 8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 8.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um) centavo**.
- 8.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 8.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 8.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 8.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 8.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.



8.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

8.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 8.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

8.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.



8.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

8.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



8.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.21.2.2. empresas brasileiras;

8.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



8.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

9.7.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

9.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.8.1. conter vícios insanáveis;

9.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.10.2. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.10.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.12.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.



9.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (CONFORME ITEM 11.3.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA):

a) Cartão de CNPJ;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei nº 14.133/21);

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei nº 14.133/21);

d) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso III da Lei nº 14.133/21);

e) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento (Art. 68, Inciso IV da Lei nº 14.133/21);

f) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011 de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (Art. 68, Inciso V da Lei nº 14.133/21);

g) Declaração Conjunta de:



- Inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (Art. 68, Inciso VI da Lei nº 14.133/21);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc.);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do Termo de Referência e seus anexos e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou pessoa.

10.1.2. As certidões que não indicarem prazo de validade, só serão aceitas pelo Pregoeiro, se emitidas nos últimos 60 (sessenta) corridos, e ainda, a validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico;

10.1.3. Relativos à habilitação jurídica e qualificação técnica;

10.1.4. HABILITAÇÃO JURIDICA (Conforme item 11.3.2 do Termo de Referência)

10.1.4.1- A habilitação Jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer os direitos e assumir obrigações (Art. 66 da Lei 14.133/2021):

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e) Documentos pessoais do representante legal da empresa;



f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – CONFORME ITEM 11.3.5 DO TERMO DE REFERÊNCIA

- a) Atestados de capacidade técnica ou declarações de fornecimento anterior, comprovando que a empresa já forneceu gêneros alimentícios, preferencialmente hortifrúti, para órgãos públicos, empresas ou instituições privadas, demonstrando experiência prévia na atividade, com características pertinentes e compatíveis com o objeto ora licitado.
- b) Apresentação do Alvará Sanitário ou Licença Sanitária, documento emitido pela Vigilância Sanitária competente, que autoriza a atividade de comércio, armazenamento, transporte e distribuição de gêneros alimentícios, atestando condições adequadas de higiene, segurança e boas práticas sanitárias.
- c) Declaração de Ciência e Responsabilidade Técnica, assinada pelo representante legal da empresa ou pelo responsável técnico, atestando:
 - ciência das exigências legais e sanitárias aplicáveis ao fornecimento de hortifrúti;
 - compromisso de que os produtos fornecidos atenderão às especificações de qualidade, segurança e higiene;
 - que a empresa manterá o cumprimento das normas sanitárias vigentes durante toda a execução do contrato.

10.1.5.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (CONFORME ITEM 11.3.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA);

a) Certidão Negativa de Falência – Lei nº 11.101/05 (antiga falência e concordata) emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias caso não conste o prazo de validade.

a.1) Admite-se a participação, em licitações, de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório". (TCU, Acórdão 1201/2020 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo).

b) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (Art. 69, Inciso I da Lei nº 14.133/2021).

10.1.6. Em nenhuma hipótese, serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos;



a) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;

II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;

III. Se o Licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentadas em nome de ambas, matriz e filial;

10.1.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

10.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (Vinte) por cento, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

10.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

10.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



10.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

10.10. A habilitação do licitante (anexada no habilitanet) poderá ser comprovada mediante consulta online a quaisquer dos sistemas eletrônicos disponíveis, tais como o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF.

11.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.11.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

10.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

10.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

10.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão



fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.110.11.1.

10.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de



reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 Após a declaração do vencedor do certame, o pregoeiro responsável deverá informar aos licitantes uma data/hora limite para o cadastro de reserva (mínimo de 01h) para que os fornecedores registrem no fornecimento do item/lote o qual disputou, ao mesmo preço do vencedor do certame, caso este se recuse a assinar o contrato. A manifestação de interesse deverá ser realizada através do sistema. Caso não haja manifestação de interesse no referido prazo, considera-se que o licitante não manifestou interesse em ser incluído na ata para fins de criação do cadastro de reserva.

12.1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro.

12.2. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.3 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

12.4 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.5 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.8 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.9 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no inciso V, art. 75, do Decreto Municipal nº 59.677/2023.

12.10 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.11 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.11.1 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



12.11.2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.11.3. Os recursos necessários para aquisição são provenientes do seguinte orçamento/programa:

- **Órgão: 02 - Gabinete Do Prefeito**

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete Do Prefeito

Função: 05 – Defesa Nacional

Sub Função: 153 – Defesa Terrestre

Programa: 0003 - Apoio Administrativo

Projeto/Atividade: 2152 - Manutenção Do Tiro de Guerra

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Desdobramento: 07 - Gêneros Alimentícios

Subdesdobramento: 00

Fonte De Recurso: 15000000 - Recursos Não Vinculados De Impostos – Exercício Corrente

Reduzido: 06

- **Órgão: 21–Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS**

Unid. Orçamentária: 21.001-Fundo Municipal de Assistência Social;

Função: 08–Assistência Social;

Sub Função:122–Administração Geral;

244-Assistência Comunitária, 245–Serviços Socioassistenciais;

Programa: 0003–Apoio Administrativo, 0072 – Assistência e Desenvolvimento Social;

Proj/Atividade: 2190-Manutenção das Atividades do FUMAS, 2232- Gestão da Primeira Infância do SUAS, 2188- Gestão Descentralizada do Programa,Bolsa Família, 2277- Gestão da Proteção Social Básica, 2278- Gestão da Proteção Social Especial;

Nat .da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo

Reduzido: 2, 10, 31, 235

- **Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED**

Unidade orçamentária: 07.005 – Setor de Convenios e Recursos Próprios;

Função: 12 – Educação

Sub função: 361 – Ensino Fundamental;

Projeto/atividade: 2014 – Aquisição de Generos Alimenticios para a Merenda Escolar;

Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 15000000 Recursos não vinculados de Impostos- Exercicios Corrente;

Reduzido: 174

- **Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Esportes – SEMES**

Unidade orçamentária: 08.001 – Secretaria Municipal de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub função: 812 – Desporto Comunitario



Programa: 0009 – Esporte e Vida

Projeto/atividade: 2083 – Manutenção das Atividades Esportivas

Natureza da despesa: 339030 – Material de Consumo

Desdobramento: 07 00 – Gêneros de Alimentação

Fonte de recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente

- **Órgão: 09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**

Unidade orçamentária: 09.01 Secretaria Municipal de Obras

Função: 04 Administração

Sub função: 122 Administração Geral

Programa: 0003 Apoio Administrativo

Projeto/atividade: 2086 Manutenção das atividades da SEMOSP

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de consumo

Desdobramento: 07 00 Gêneros de Alimentação

Fonte de recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente

- **Órgão 10 - Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMTRAN**

Und.Orçamentaria 10001 secretaria municipal de transporte e trânsito

Função 26 – Transporte

Sub função 122 – Administração Geral

Programa 03 – Apoio Administrativo

Projeto/atividade 2093 – Manutenção e Atividades da Semtran

Natureza da despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo

Fonte de recurso 15010000

As dotações orçamentárias indicadas neste termo poderão sofrer alterações, ajustes ou atualizações, em decorrência de remanejamentos, suplementações, anulações ou outras modificações orçamentárias que se façam necessárias, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique alteração do objeto contratado.

VALOR ESTIMADO PARA EVENTUAIS SERVIÇOS DURANTE 12 MESES R\$ 4.643.457,53 (quatro milhões seiscentos e quarenta e três mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e cinquenta e tres centavos).

13. DA VIGÊNCIA E “CARONA” DA ATA

13.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 meses a partir da data da publicação a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município (DOV).

13.2 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano,



e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

13.3. As licitantes vencedoras ficam obrigadas a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas durante a vigência desta ata, mesmo que as obrigações delas decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

13.4. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

13.5 A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 87 do Decreto Municipal nº 59.677/2023.

13.6 As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços (Art. 86º § 4º da Lei 14.133/2021).

13.7. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem (Art. 86º § 5º da Lei 14.133/2021).

13.8. Será permitida a liberação de apenas uma solicitação de carona por unidade solicitante (órgão), condicionada a concordância do detentor do registro de preços e aos limites estabelecidos em lei.

14. DO REGISTRO DE PREÇOS E FORNECIMENTO

14.1. Os preços da 1º colocada de cada Registro de Preços será registrada Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município (DOV).

14.2. A Gerencia Geral de Registro de Preços, da Controladoria de Licitações, convocará o classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 03 dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação, assinar a ata de registro de preços, cuja minuta integra este edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida em lei.

14.3. O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Procuradoria.

14.4. Durante a vigência da ata de registro de preços, a Gerência Geral de Registro de Preços da Controladoria de Licitações poderá convocar os classificados remanescentes, na ordem de



classificação, para assinar a ata de registro de preços do respectivo percentual registrado, nas seguintes hipóteses:

14.5. Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e conseqüentemente cancelamento da ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior.

14.6. Os classificados terão o mesmo prazo estabelecido no edital para assinar a respectiva ata, atendendo assim o saldo remanescente e o período da ATA.

14.7. Os detentores das atas não eximirão das penalidades correspondentes, nas hipóteses de inexecução contratual.

14.8. Constituem motivos para cancelamento da ata de registro de preços as situações referidas Decreto Municipal nº 59.677/2023, (ART. 79 ART.80).

15. DO REALINHAMENTO DE PREÇOS

15.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

15.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

15.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

15.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade a partir do orçamento estimado e a aplicação do índice IPCA-E.

15.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

15.1.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



15.1.5 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverá ser formalizado por termo aditivo.

15.1.8 Os reajustes a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão temporal com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

16. DOS RECURSOS

16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. OS RECURSOS INTERPOSTOS FORA DO PRAZO NÃO SERÃO CONHECIDOS.

16.1. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



16.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

17.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

17.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

17.1.5. fraudar a licitação

17.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

17.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:



17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar e

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2. as peculiaridades do caso concreto

17.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (Quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4. 1. Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.2.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2. Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

17.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.3, 17.3.1 e 17.5 Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.14, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8. bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

17.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

17.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

17.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através da Plataforma [LICITANET.COM](https://licitanet.com).

18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.4.2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.



19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

19.11.2. ANEXO II- Carta Proposta de Preços (modelo);

19.11.3. ANEXO III – Dados do Representante Legal (modelo);

19.11.4. ANEXO IV - Declaração Conjunta (modelo)

19.11.5. ANEXO V - Minuta da Ata de Registro de Preços

19.11.6. ANEXO VI – Minuta de Contrato.

20. DO FORO

20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vilhena/RO para dirimir quaisquer dúvidas referente a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Vilhena/RO, 22 de Julho de 2025.

Pablo Ribeiro Becher
Controlador de Licitações
Decreto 59.139/2023



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO II

MODELO DE CARTA PROPOSTA

A CONTROLADORIA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE VILHENA - RO
A/C DO PREGOEIRO: ELIAMAR MOREIRA DA SILVA PARDIM
CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR DOUTOR TEOTÔNIO VILELLA
RUA RONY DE CASTRO PEREIRA, 3177 - BAIRRO JARDIM AMÉRICA, MUNICÍPIO
DE VILHENA/RO, CEP: 76.980.970, FONE/FAX: (0XX) 69-XXXX-XXXX.

Prezados Senhores,

Após criterioso exame e estudo do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO nº 057/2025/PMV/SRP** em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar a nossa Proposta, de conformidade com as condições estabelecidas no referido Edital.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante.

- OS ITENS: 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17, 19, 28, 35, 38, 40, 42, 44, 48, 53, 55, 58, 60, 62, 64 e 66 - são de AMPLA PARTICIPAÇÃO;
- OS ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 29, 36, 39, 41, 43, 45, 49, 54, 56, 59, 61, 63, 65 e 67 - são COTAS DE ATÉ 25% DESTINADAS A PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP E EQUIPARADAS;
- OS ITENS: 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 46, 47, 50, 51, 52, 57- são de participação exclusiva para empresas ME, EPP e equiparadas.

Conforme descrições a seguir:

ITENS	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA/MODELO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1.	ABACAXI, tipo pérola ou equivalente, fruto inteiro, maduro, firme, sadio, sem sinais de deterioração, limpo, com cor e odor	KG		12669		

CENTRO ADMINISTRATIVO SENADOR DOUTOR TEOTÔNIO VILELA – PAÇO MUNICIPAL
Bairro Jardim América, Fone/Fax (69) 3919 – 7082

	característicos, tamanho médio ou grande, próprio para o consumo, conforme normas da ANVISA e MAPA.					
2.	ABACAXI, tipo pérola ou equivalente, fruto inteiro, maduro, firme, sadio, sem sinais de deterioração, limpo, com cor e odor característicos, tamanho médio ou grande, próprio para o consumo, conforme normas Da ANVISA e MAPA.	KG		4223		
3.	ALHO BULBO, inteiro, seco, firme, limpo, isento de sujidades, com casca externa aderida, odor e cor característicos, tamanho médio ou grande, próprio para o consumo, Conforme normas da ANVISA e MAPA.	KG		5037		
4.	ALHO BULBO, inteiro, seco, firme, limpo, isento de sujidades, com casca externa aderida, odor e cor característicos, tamanho médio ou grande, próprio para o consumo, Conforme normas da ANVISA e MAPA.	KG		1678		
5.	BANANA NANICA, fruto inteiro, maduro, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, própria para o consumo, conforme normas da ANVISA e MAPA.	KG		16943		

6.	BANANA NANICA, fruto inteiro, maduro, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, própria para o consumo, conforme normas da ANVISA e MAPA.	KG		5647		
7.	Cebola branca tipo cabeça — Tenra, firme, com casca íntegra e coloração branca uniforme, livre de manchas, mofo, podridões, brotações e deformações. Diâmetro entre 60 e 90 mm. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		8588		
8.	Cebola branca tipo cabeça — Tenra, firme, com casca íntegra e coloração branca uniforme, livre de manchas, mofo, podridões, brotações e deformações. Diâmetro entre 60 e 90 mm. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		2862		
9.	Laranja pera — Frutos inteiros, maduros, firmes, com casca lisa ou levemente rugosa, de coloração alaranjada uniforme, sem manchas, rachaduras, amassados, mofo ou sinais de deterioração. Polpa suculenta, doce e própria para o consumo in natura. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		13088		

10.	Laranja pera — Frutos inteiros, maduros, firmes, com casca lisa ou levemente rugosa, de coloração alaranjada uniforme, sem manchas, rachaduras, amassados, mofo ou sinais de deterioração. Polpa suculenta, doce e própria para o consumo in natura. Produto em conformidade com as normas da Anvisa E do MAPA	KG		4362		
11.	Maçã tipo Fuji ou Gala — Frutos inteiros, firmes, com casca lisa, limpa, de coloração vermelha ou vermelha com estrias amareladas, uniforme e característica da variedade. Livre de rachaduras, perfurações, manchas, podridões, amassados ou sinais de deterioração. Própria para o consumo in natura, conforme normas da Anvisa e do MAPA	KG		16474		
12.	Maçã tipo Fuji ou Gala — Frutos inteiros, firmes, com casca lisa, limpa, de coloração vermelha ou vermelha com estrias amareladas, uniforme e característica da variedade. Livre de rachaduras, perfurações, manchas, podridões, amassados ou sinais de deterioração. Própria para o consumo in natura, conforme normas da Anvisa e do MAPA	KG		5491		
13.	Mamão papaia — Frutos inteiros, firmes, com casca	KG		12732		

	lisa, íntegra e coloração amarelo-alaranjada característica da maturação, livres de rachaduras, manchas escuras, amassados, fungos, mofo ou sinais de deterioração. Polpa firme, de coloração alaranjada, doce e própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.					
14.	Mamão papaia — Frutos inteiros, firmes, com casca lisa, íntegra e coloração amarelo-alaranjada característica da maturação, livres de rachaduras, manchas escuras, amassados, fungos, mofo ou sinais de deterioração. Polpa firme, de coloração alaranjada, doce e própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.	KG		4243		
15.	Melancia—fruto inteiro, maduro, firme, com casca verde decoloração uniforme, livre de rachaduras, manchas, furos, podridões, brotamentos, fungos ou sinais de deterioração. Polpa vermelha, doce, suculenta e própria para consumo. Comercializada por quilograma. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		18060		
16.	Melancia—fruto inteiro, maduro, firme, com casca verde de coloração uniforme, livre de rachaduras,	KG		6020		

	manchas, furos, podridões, brotamentos, fungos ou sinais de deterioração. Polpa vermelha, doce, succulenta e própria para consumo. Comercializada por quilograma. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA					
17.	Melão inteiro (tipo amarelo) —Fruto inteiro, maduro, firme, com casca íntegra e coloração uniforme característica da variedade. Livre de rachaduras, manchas, furos, fungos, brotamentos ou sinais de deterioração. Polpa doce, aromática e própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		12169		
18.	Melão inteiro (tipo amarelo) —Fruto inteiro, maduro, firme, com casca íntegra e coloração uniforme característica da variedade. Livre de rachaduras, manchas, furos, fungos, brotamentos ou sinais de deterioração. Polpa doce, aromática e própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		4056		
19.	Tomate tipo salada—Frutos inteiros, firmes, com casca lisa, brilhante e coloração vermelha uniforme, próprios para consumo in natura. Livres de rachaduras, manchas, amassados, fungos, brotamentos ou sinais de	KG		10613		

	deterioração. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA.					
20.	Tomate tipo salada — Frutos inteiros, firmes, com casca lisa, brilhante e coloração vermelha uniforme, próprios para consumo in natura. Livres de rachaduras, manchas, amassados, fungos, brotamentos ou sinais de deterioração. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		3537		
21.	Abóbora tipo cabotiá (ou japonesa) — Fruto inteiro, maduro, firme, com casca verde- escura com estrias claras, livre de rachaduras, cortes, manchas, mofo ou sinais de deterioração. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		4705		
22.	Abobrinha verde — inteira, firme, fresca, com casca lisa e coloração verde uniforme, sem manchas, cortes, brotamentos, amassados, fungos ou sinais de deterioração. Tamanho médio a grande. Produto em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.	KG		4680		
23.	Batata-doce — Raízes inteiras, firmes, limpas, com casca íntegra de coloração roxa ou rosada, conforme a variedade, livres de cortes, rachaduras, brotamentos, manchas, fungos ou sinais de	KG		6330		

	deterioração. Polpa consistente, própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA					
24.	Batata inglesa — inteiras, firmes, limpas, com casca fina e íntegra, de coloração clara e uniforme, livres de brotamentos, rachaduras, cortes, manchas escuras, fungos ou sinais de deterioração. Polpa clara, consistente, própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA	KG		7580		
25.	Beterraba — Raízes inteiras, firmes, frescas, com casca íntegra de coloração roxa ou vinho intensa, livre de rachaduras, cortes, manchas, brotamentos, fungos ou sinais de deterioração. Polpa densa e de coloração uniforme, própria para o consumo. Produto em conformidade com as normas da Anvisa E do MAPA	KG		6765		
26.	Cenoura - inteiras, firmes, limpas, com casca lisa e coloração alaranjada uniforme, sem ramificações, rachaduras, brotamentos, cortes, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		7375		
27.	Chuchu - Frutos inteiros, frescos, firmes, de coloração verde-clara a verde-média	KG		6980		

	uniforme, livres de manchas, cortes, brotamentos, rachaduras, fungos ou sinais de deterioração. Polpa consistente, própria para o consumo. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA					
28.	Alface crespa – em maço, peso mínimo 300g cada, folhas inteiras, firmes, frescas, limpas, com coloração verde uniforme, sem partes amareladas, murchas, machucadas, com sinais de pragas, fungos ou qualquer indício de deterioração. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA.	MAÇO		12285		
29.	Alface crespa – em maço, peso mínimo 300g cada, folhas inteiras, firmes, frescas, limpas, com coloração verde uniforme, sem partes amareladas, murchas, machucadas, com sinais de pragas, fungos ou qualquer indício de deterioração. Produto em conformidade Com as normas da Anvisa e do MAPA.	MAÇO		4095		
30.	Limão Taiti – frutos inteiros, firmes, com casca lisa, coloração verde uniforme, isentos de manchas, rachaduras, murchamento, furos, fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, com grau de	KG		5590		

	maturação adequado, próprio para o consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.					
31.	Mandioca descascada – pedaços cortados, firmes, de coloração branca uniforme, isentos de manchas, escurecimento, podridão, murchamento, presença de fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, acondicionado em embalagem peso aproximado 1 kg, em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		7080		
32.	Pepino – frutos inteiros, firmes, com casca lisa, decoloração verde uniforme, isentos de manchas, rachaduras, amolecimento, furos, presença de fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, com grau de maturação adequado, próprio para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA	KG		6925		
33.	Pimentão verde – legumes inteiros, firmes, com casca lisa e brilhante, de coloração verde uniforme, isentos de manchas, rachaduras, amolecimento, furos, presença de fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, com grau de maturação adequado, próprio para consumo, em conformidade com as normas da Anvisa e do	KG		645		

	MAPA					
34.	Repolho branco – cabeças inteiras, firmes, compactas, com folhas limpas, de coloração branco-esverdeada uniforme, isentas de manchas, murchamento, podridão, furos, presença de pragas ou sinais de deterioração. Produto fresco, adequado para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA	KG		7185		
35.	Couve – folhas inteiras, firmes, de coloração verde uniforme, limpas, isentas de manchas, furos, murchamento, presença de pragas ou sinais de deterioração. Apresentada em Maço com peso mínimo de 300g, acondicionado para preservação da frescura. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	MAÇO		8247		
36.	Couve – folhas inteiras, firmes, de coloração verde uniforme, limpas, isentas de manchas, furos, murchamento, presença de pragas ou sinais de deterioração. Apresentada em maço com peso mínimo de 300 g, acondicionado para preservação da frescura. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade	MAÇO		2749		

	com as normas da Anvisa e do MAPA					
37.	Rúcula – folhas verdes, inteiras, firmes, de coloração uniforme, limpas, isentas de manchas, furos, murchamento, presença de pragas ou sinais de deterioração. Apresentada em maço com peso mínimo de 150 g, acondicionada para preservação da frescura. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA	MAÇO		2110		
38.	Cheiro - verde – maço composto por folhas e talos frescos de salsa e cebolinha, verdes, firmes, limpos, isentos de manchas, murchamento, presença de pragas ou sinais de deterioração. Apresentado em maço com peso mínimo de 100 g, acondicionado para preservação da frescura, próprio para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.	MAÇO		12540		
39.	Cheiro - verde – maço composto por folhas e talos frescos de salsa e cebolinha, verdes, firmes, limpos, isentos de manchas, murchamento, presença de pragas ou sinais de deterioração. Apresentado em maço com peso mínimo de 100 g, acondicionado para preservação da frescura, próprio para consumo, em	MAÇO		4180		

	conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.					
40.	BANANA - DA-TERRA, fruto inteiro, maturação adequado ao preparo culinário, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, tamanho médio ou grande, própria para o consumo, conforme normas Da ANVISA e MAPA	KG		8438		
41.	BANANA-DA-TERRA, fruto inteiro, maturação adequado ao preparo culinário, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, tamanho médio ou grande, própria para o consumo, conforme normas da ANVISA e MAPA	KG		2812		
42.	BANANA - MAÇÃ, fruto inteiro, maduro, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, própria para o consumo, conforme normas da ANVISA e MAPA.	KG		12600		
43.	BANANA - MAÇÃ, fruto inteiro, maduro, firme, limpo, isento de sujidades, sem partes murchas ou deterioradas, com casca íntegra, cor e odor característicos, própria para o consumo, conforme normas	KG		4200		

	da ANVISA e MAPA.					
44.	Vagem tipo manteiga ou macarrão — Vagens inteiras,tenras,frescas,decoloração verde uniforme, sem manchas, cortes, amassados, brotações, sementes aparentes, sinais de murcha, fungos ou deterioração. Produto próprio para consumo, em conformida de com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		4013		
45.	Vagem tipo manteiga ou macarrão — Vagens inteiras,tenras, frescas, decoloração verde uniforme, sem manchas, cortes, amassados, brotações, sementes aparentes, sinais de murcha, fungos ou deterioração. Produto próprio para consumo, em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		1337		
46.	Abóbora madura (moranga ou de pescoço) — Fruto inteiro, maduro, firme, com casca íntegra de coloração alaranjada uniforme, livre de rachaduras, cortes, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		4330		
47.	Almeirão – folhas verdes, inteiras, firmes, de coloração uniforme, limpas, isentas de manchas, furos, murchamento, presença de pragas ou sinais de	MAÇO		1820		

	deterioração. Apresentado em maço com peso mínimo de 300 g, acondicionado para preservação da frescura. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.					
48.	Couve -flor — Cabeça compacta, firme, de coloração branca a creme uniforme, livre de manchas escuras, insetos, mofo, rachaduras, brotações ou sinais de deterioração. Produto fresco, higienizado, íntegro e próprio para consumo. Em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		3113		
49.	Couve - flor — Cabeça compacta, firme, de coloração branca a creme uniforme, livre de manchas escuras, insetos, mofo, rachaduras, brotações ou sinais de deterioração. Produto fresco, higienizado, íntegro e próprio para consumo. Em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		1037		
50.	Abóbora tipo paulista (ou abóbora seca) — Fruto inteiro, maduro, firme, com casca verde-claro a bege, lisa ou levemente estriada, de coloração uniforme, livre de rachaduras, cortes, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Produto em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA.	KG		4030		

51.	Cará – tubérculo inteiro, firme, com casca limpa, íntegra e polpa branca ou levemente amarelada, isento de manchas, cortes, podridão, amolecimento ou sinais de deterioração. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade com as normas Da Anvisa e do MAPA.	KG		4000		
52.	Inhame – tubérculo inteiro, firme, com casca íntegra, limpa e polpa branca ou amarelada, isento de manchas, cortes, podridão, amolecimento ou sinais de deterioração. Produto fresco, próprio para consumo, em conformidade com as normas da Anvisa e do MAPA	KG		4080		
53.	MILHO VERDE IN NATURA, em espiga, grãos firmes, inteiros, com coloração amarela característica, sem sinais de deterioração, mofo, manchas ou presença de pragas. Produto fresco, limpo, isento de sujidades, próprio para o consumo, em conformidade Com as normas da ANVISA e do MAPA.	KG		4650		
54.	MILHO VERDE IN NATURA, em espiga, grãos firmes, inteiros, com coloração amarela característica, sem sinais de deterioração, mofo, manchas ou presença de pragas. Produto fresco, limpo, isento de sujidades, próprio para o consumo, em conformidade	KG		1550		

	Com as normas da ANVISA e do MAPA.					
55.	BRÓCOLIS DE CABEÇA (tipo ninja) — Inflorescências inteiras, compactas, firmes, de coloração verde-escura uniforme, com talos tenros e folhas frescas. Produto livre de manchas, pragas, rachaduras, brotamentos, amassados, fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, próprio para consumo, em conformidade com as Normas da ANVISA e do MAPA.	KG		3150		
56.	BRÓCOLIS DE CABEÇA (tipo ninja) — Inflorescências inteiras, compactas, firmes, de coloração verde-escura uniforme, com talos tenros e folhas frescas. Produto livre de manchas, pragas, rachaduras, brotamentos, amassados, fungos ou sinais de deterioração. Produto fresco, limpo, próprio para o consumo, em conformidade com as Normas da ANVISA e do MAPA.	KG		1050		
57.	ABACATE, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio, íntegro, com casca verde e brilhante, livre de sujidades, pragas, rachaduras, amassados, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Fruto fresco, limpo, próprio para o	KG		5180		

	consumo, com grau médio de amadurecimento, em conformidade com as normas da ANVISA e Do MAPA.					
58.	GOIABA VERMELHA, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio, polpa vermelha, íntegra, firme, com casca lisa e coloração uniforme, em grau médio de amadurecimento. Produto isento de sujidades, pragas, rachaduras, amassados, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Fruta fresca, limpa, própria para o consumo, em conformidade com as normas da ANVISA E do MAPA	KG		7587		
59.	GOIABA VERMELHA, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio, polpa vermelha, íntegra, firme, com casca lisa e coloração uniforme, em grau médio de amadurecimento. Produto isento de sujidades, pragas, rachaduras, amassados, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Fruta fresca, limpa, própria para o consumo, em conformidade com as normas da ANVISA E do MAPA	KG		2528		
60.	ALHO PICADO CONGELADO, obtido de alho in natura, limpo, descascado e triturado, isento de conservantes e aditivos. Embalado em pacote plástico resistente de aproximadamente 1kg, com fecho tipo zíper (hermético),	PCT1KG		4508		

	rotulado com data de fabricação, validade e registro no órgão competente. Produto próprio para consumo, armazenado a -18°C, conforme normas da ANVISA e MAPA.					
61.	ALHO PICADO CONGELADO, obtido de alho in natura, limpo, descascado e triturado, isento de conservantes e aditivos. Embalado em pacote plástico resistente de aproximadamente 1kg, com fecho tipo zíper (hermético), rotulado com data de fabricação, validade e registro no órgão competente. Produto próprio para consumo, armazenado a -18°C, conforme normas da ANVISA e MAPA.	PCT1KG		1502		
62.	AMEIXA JAPONESA, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio, casca lisa e coloração característica (avermelhada a roxa), polpa firme, íntegra, em grau médio de amadurecimento. Produto isento de rachaduras, manchas, pragas, fungos, sujidades ou sinais de deterioração. Fruta fresca, própria para o consumo, em conformidade com as normas da ANVISA e Do MAPA	KG		7575		
63.	AMEIXA JAPONESA, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio, casca lisa e coloração característica (avermelhadaa	KG		2525		

	roxa), polpa firme, íntegra, em grau médio de amadurecimento. Produto isento de rachaduras, manchas, pragas, fungos, sujidades ou sinais de deterioração. Fruta fresca, própria para o consumo, em conformidade com as normas da ANVISA e Do MAPA					
64.	PONCÃ, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio a grande, polpa firme e succulenta, íntegra, com casca lisa e coloração característica, em grau médio a avançado de amadurecimento. produto isento de sujidades, pragas, rachaduras, amassados, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Fruta fresca, limpa, própria para consumo, em conformidade com as Normas da ANVISA e do MAPA.	KG		8025		
65.	PONCÃ, fruta in natura, de primeira qualidade, tamanho médio a grande, polpa firme e succulenta, íntegra, com casca lisa e coloração característica, em grau médio a avançado de amadurecimento. produto isento de sujidades, pragas, rachaduras, amassados, manchas, fungos ou sinais de deterioração. Fruta fresca, limpa, própria para consumo, em conformidade com as Normas da ANVISA e do MAPA.	KG		2675		

66.	Pimenta de Cheiro (Capsicum chinense), in natura, de primeira qualidade, inteira, fresca, livre de impurezas e danos, própria para uso culinário como tempero ou ingrediente, em conformidade com as Normas da ANVISA e do MAPA	KG		3803		
67.	Pimenta de Cheiro (Capsicum chinense), in natura, de primeira qualidade, inteira, fresca, livre de impurezas e danos, própria para uso culinário como tempero ou ingrediente, em conformidade com as normas da ANVISA e do MAPA	KG		1267		
VALOR TOTAL DOS ITENS						R\$

Prazo de validade da Proposta (mínimo): 60 (sessenta) dias, (conforme disposições legais);

DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA:

Conforme estabelecido no Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

Obrigamo-nos, caso nos seja adjudicado o objeto da licitação em referência, cumprir integralmente com todas as obrigações já delineadas no edital e no seu Anexo I - Termo de Referência.

Atenciosamente,

.....

NOME DA EMPRESA

.....

ASSINATURA (S) DO (S) REPRESENTANTE (S) LEGAL (IS) DA EMPRESA

Pessoas, endereço, e-mail e telefone para contato



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO III

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (MODELO)

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP

A apresenta, a seguir, os dados de
(Nome completo da empresa)
seu (s) representante (s) legal (is) para assinatura do eventual contrato:

NOME(S):

CARGO(S):

NACIONALIDADE(S):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

.....RG:

.....CPF:.....

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do eventual CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

C.N.P.J..... Nº

FONE:

....., E-MAIL.....

ENDEREÇO COMERCIAL:

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Rua/Av.:

N.º:

Município:

Estado:

CEP.:

Conta Corrente:

Cód. Agência:

Banco:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informações.

Cidade de Origem, __ de _____ de 2025.

.....
(Assinatura do representante legal e carimbo)



(apresentar em papel timbrado da empresa licitante)

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP

A(nome da empresa)....., CNPJ/MF Nº, sediada (endereço completo), telefone para contato (.....)....., e-mail, Declaramos para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de pregão, o que se segue:

Declaramos que estamos sob o regime de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para efeito do disposto na Lei Complementar nº 123/06; **Declarar apenas quando for o caso**

Declaramos que Conhecemos e Concordamos com todos os termos do pregão em epígrafe e que Cumprimos Plenamente todos os Requisitos de Habilitação exigidos pelo Edital, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Declaramos que até a presente data inexiste(m) fato(s) superveniente impeditivo(s) para habilitação, bem como não nos encontramos em estado de Inidoneidade declarado ou suspensivo, por nenhum órgão da administração pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, e que não estamos sujeitos a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Declaramos não possuir no quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988;

Declaramos que a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

Declaramos que não utilizamos de trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

Declaramos que tivemos total acessibilidade ao Edital e seus anexos, através dos meios descritos no presente edital;



Declaramos, sob as penas da lei e para fins de contratação com o Município de Vilhena /RO, que não possuímos em nosso quadro societário, servidor público deste ente (Prefeitura Municipal de Vilhena), ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Declaramos ser responsáveis pelos vícios e danos decorrentes do objeto (caso ocorra), de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

A empresa declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração, que detém plenos poderes e informações para firmá-la e que tem ciência que “a falsidade de declaração prestada objetivando benefícios na presente licitação, caracterizará o crime de que trata o Art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

Local e Data,

(Responsável legal e assinatura)



(ANEXO V)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2025/PMV/SRP

MINUTA - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 9797/2025/SEMAD.

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 057/2025/PMV/SRP

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante.

Pela presente ata de Registro de Preços, de um lado **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/nº, Pela presente ata de Registro de Preços, de um lado **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/nº, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr **FLORI CORDEIRO DE MIRANDA JUNIOR**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade **RG sob nº 304253790 – SSP/SP e CPF sob nº 309.160.068-83**, residente e domiciliado em Vilhena/RO, e do outro lado a empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na nº, Bairro, na cidade de, tendo como representante o Sr....., portador da Cédula de Identidade RG nº SSP/..... e CPF sob o nº, residente e domiciliada na cidade de, adjudicatária do **Pregão Eletrônico** para Registro de Preços nº **057/2025**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo, Registrar os Preços, com integral observância da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de Gêneros alimentícios – Hortifruti (Verduras, Legumes e Frutas) com entregas parceladas pelo período de 12 (doze) meses, conforme a necessidade da unidade participante.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A ata de registro de preços terá vigência de 12 meses a partir da data da publicação a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Diário Oficial do Município (DOV).

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial do Município, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO

3.1. Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

3.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 87 do Decreto Municipal nº 59.677/2023.

3.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4. CLÁUSULA QUARTA - DA SOLICITAÇÃO:

4.1. De acordo com a necessidade, a secretaria/setores interessado formalizarão o procedimento para aquisição dos itens, conforme o pedido formulado, justificado e assinado pelo responsável e pelo Secretário da pasta e emitirá nota de empenho e o respectivo contrato de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

5.1. Os preços registrados são os seguintes:

ITEM	Discriminação	Und	Qtde	R\$ Unt	R\$ Tt.
01					
02					
03					
04					

5.2. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Conforme estabelecido no item 15 do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta e foi analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, RECEBIMENTO E GARANTIA:

6.1. Conforme estabelecido nos itens 08, 10.1 e 07 do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta, analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS:

7.1. Os preços registrados dos produtos incluem todos e quaisquer encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, fretes, seguros, mão de obra.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

8.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Conforme estabelecido no item 16 do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta e foi analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

8.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE - Conforme estabelecido no item 17 do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta e foi analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

9. CLÁUSULA NONA - DO CONTRATO

9.1. A contratada reconhece o direito da Administração de rescindir unilateralmente o contrato, no caso de inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas, com base nos Arts. 137 e 138, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

10.1. As despesas decorrentes da realização do objeto deste Termo de Referência correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento de cada Órgão participante deste Registro de Preços de acordo com as dotações discriminadas nos pedidos de compra e suas justificativas anexas aos autos, conforme abaixo discriminado:

- **Órgão: 02 - Gabinete Do Prefeito**

Unidade Orçamentária: 02.001 - Gabinete Do Prefeito

Função: 05 – Defesa Nacional

Sub Função: 153 – Defesa Terrestre

Programa: 0003 - Apoio Administrativo

Projeto/Atividade: 2152 - Manutenção Do Tiro de Guerra

Natureza Da Despesa: 3.3.90.30 - Material De Consumo

Desdobramento: 07 - Gêneros Alimentícios

Subdesdobramento: 00

Fonte De Recurso: 15000000 - Recursos Não Vinculados De Impostos – Exercício Corrente Reduzido: 06



- **Órgão: 21–Fundo Municipal de Assistência Social - FUMAS**

Unid. Orçamentária: 21.001-Fundo Municipal de Assistência Social;

Função: 08–Assistência Social;

Sub Função:122–Administração Geral;

244-Assistência Comunitária, 245–Serviços Socioassistenciais;

Programa: 0003–Apoio Administrativo, 0072 – Assistência e Desenvolvimento Social;

Proj/Atividade: 2190-Manutenção das Atividades do FUMAS, 2232- Gestão da Primeira Infância do SUAS, 2188- Gestão Descentralizada do Programa,Bolsa Família, 2277- Gestão da Proteção Social Básica, 2278- Gestão da Proteção Social Especial;

Nat .da despesa: 3.3.90.30.00 - Material de consumo

Reduzido: 2, 10, 31, 235

- **Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Educação - SEMED**

Unidade orçamentária: 07.005 – Setor de Convenios e Recursos Próprios;

Função: 12 – Educação

Sub função: 361 – Ensino Fundamental;

Projeto/atividade: 2014 – Aquisição de Generos Alimenticios para a Merenda Escolar;

Despesa: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 15000000 Recursos não vinculados de Impostos- Exercicios Corrente;

Reduzido: 174

- **Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Esportes – SEMES**

Unidade orçamentária: 08.001 – Secretaria Municipal de Esportes

Função: 27 – Desporto e Lazer

Sub função: 812 – Desporto Comunitario

Programa: 0009 – Esporte e Vida

Projeto/atividade: 2083 – Manutenção das Atividades Esportivas

Natureza da despesa: 339030 – Material de Consumo

Desdobramento: 07 00 – Gêneros de Alimentação

Fonte de recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente

- **Órgão: 09 Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos - SEMOSP**

Unidade orçamentária: 09.01 Secretaria Municipal de Obras

Função: 04 Administração

Sub função: 122 Administração Geral

Programa: 0003 Apoio Administrativo

Projeto/atividade: 2086 Manutenção das atividades da SEMOSP

Natureza da despesa: 3.3.90.30.00.00 Material de consumo

Desdobramento: 07 00 Gêneros de Alimentação

Fonte de recurso: 15000000 Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Corrente



- **Orgão 10 - Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMTRAN**

Und.Orçamentaria 10001 secretaria municipal de transporte e trânsito

Função 26 – Transporte

Sub função 122 – Administração Geral

Programa 03 – Apoio Administrativo

Projeto/atividade 2093 – Manutenção e Atividades da Semtran

Natureza da despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo

Fonte de recurso 15010000

As dotações orçamentárias indicadas neste termo poderão sofrer alterações, ajustes ou atualizações, em decorrência de remanejamentos, suplementações, anulações ou outras modificações orçamentárias que se façam necessárias, nos termos da legislação vigente, sem que isso implique alteração do objeto contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES e SANÇÕES APLICÁVEIS:
Conforme estabelecido no item 19 do Anexo I – Termo de Referência, que foi aprovado e assinado pelo gestor da pasta e foi analisado e aprovado pela Auditoria/Controle Interno.

12. CLÁUSULAS DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Vilhena/RO, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões judiciais provenientes da presente.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA REGÊNCIA

13.1. O Termo de Referência e tudo que nele estiver disposto é parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

13.2. As regras da presente Ata reger-se-ão pelas normas estabelecidas na Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 59.677/2023. Justos e contratados firmam a presente Ata de Registro de Preços, para que produza os efeitos necessários e legais.

Contratante: Município de Vilhena/ Secretaria Municipal

Contratada:



Assinado por: PABLO RIBEIRO BECHER 22/07/2025 12:28:13
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

